

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO - EDITAL 02/2022**  
**GABARITO PROVISÓRIO – DIREITO - PUBLICADO EM 06/06/2022**

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
1	Selecione a alternativa que apresenta uma palavra em <b>DESCONFORMIDADE</b> com a norma-padrão da língua portuguesa.	Era como se ultrapassavam os tempos difíceis: seguindo em frente.	O principal benefício do otimismo é a resiliência em face dos reveses.	A compulsão nasce da ansiedade, é uma forma de lidar com ela.	Pode-se também deixar a natureza agir e apenas providenciar aqui e ali um pouco de ornamentação e limpeza.
2	Todas as palavras estão corretamente grafadas, de acordo com o contexto, em:	Como ignorar as dificuldades das comunicações e os problemas étnicos?	Nada disso interferiria criando empecilhos ou de alguma forma atenuando as emoções.	A maioria dos vigilantes de quarterão agora parecia não querer muito mais do que executar seus deveres.	Quanto mais fundo for o escritor em busca de sentido, mais os particulares aleatórios de sua vida aparecem.
3	Quanto à ortografia, analise as frases abaixo./ I. Era como se tivesse um enchame de abelhas dentro do peito. / II. A mensagem era clara: enquanto a espada cortava, a enxada carpia./ III. Nunca mais o circo pegou uma enchente como a da noite de estreia./ Estão em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa:	II e III, apenas.	I e II, apenas.	I e III, apenas.	I, II e III.
4	A frase "Os gritos de revolta e desespero dos que advinhavam a triste sorte que os aguardava naqueles locais foram rapidamente abafados pela polícia e pelos torcedores." apresenta um ERRO quanto à	ortografia.	concordância verbal.	concordância nominal.	acentuação.
5	Sobre a frase "Ele se transformou num fotógrafo obcecado que gastava todo o seu dinheiro com sua paixão, e por isso andava tão malvestido, por isso passava fome." é correto afirmar que	está em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.	apresenta um erro de ortografia; o correto é "obsecado".	apresenta um erro de ortografia; o correto é "mal-vestido".	apresenta um erro de concordância.
6	Considere as frases a seguir./ 1. Encontrou-o na proa do barco, muito entertido em uma conversa. /2. Você ainda não pode reescrever a história, Lucy./ É correto afirmar que	a 1 está em desconformidade com a norma-padrão da língua portuguesa; o correto é "entretido".	a 2 está em desconformidade com a norma-padrão da língua portuguesa; o correto é "re-escrever".	ambas estão em desconformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.	ambas estão em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
7	Selecione a alternativa correta no que se refere à ortografia.	Numa coisa tem razão, é uma mistura de ciência antiga e de superstição.	Senti a fragância das flores sem nem olhar para o cartão que estava junto.	O jornalismo investigativo tem de ter espaço privilegiado nas redações.	Ainda não tinha adquirido o maçete daquela técnica.
8	Selecione a alternativa em que as duas palavras são acentuadas pela mesma regra.	afável - incrível	recuperá-los - elétrons	abdômen - crisântemo	música - vatapá
9	O acento foi abolido nas seguintes palavras destacadas, EXCETO	Foi o que ele PODE fazer naquele dia.	Não, era impossível suportar de novo o POLO Norte.	Não posso ficar PARANOICA com a cirurgia de mamãe.	Tenho na memória duas mortes que não me PERDOO.
10	Selecione a alternativa em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa quanto à acentuação.	A chuva miúda que caía nos jardins acrescentava umidade ao frio.	Pareceu-me não apenas gratuito, mas até vergonhoso, dadas as circunstâncias.	Talvez não fosse tão ruim assim morar fora por um tempo.	Ele não queria pensar que havia um juiz por aí que aceitasse tal feito.
11	Acerca da acentuação, selecione a alternativa em que todas as palavras estejam corretas.	armazém - anzóis - compô-los	guardá-la - enxágue - pólens	feiúra - lêem - conhecê-los	enjôo - pontapés - néctar
12	De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa, selecione a alternativa em que todas as palavras estejam grafadas corretamente, no que se refere à acentuação.	Ainda não ficou claro se a presente década vai bater o recorde dos anos 1940.	O garçom trouxe outro prato indetectável, com algo que parecia borrachudo e crú.	E, como acontece com o gado, quanto mais bem nutrido o indivíduo, maior seu conteúdo protéico.	Não é estranho? Isso não acontece na China, no Japão e na Coreia.
13	Selecione a alternativa em DESCONFORMIDADE com a norma-padrão da língua portuguesa quanto à acentuação.	Ele era um fotógrafo incrível, com uma visão jornalística impár.	Imaginava pequenos obstáculos para se ajudar: nada de álcool antes.	Devia alertá-los contra a influência de certas organizações.	É um outro mundo, permeado pela experiência histórica profundamente sedimentada em forma nova.
14	Selecione a alternativa que apresenta o verbo a ser empregado na seguinte frase: "E os pacientes que _____ ao hospital invariavelmente estão doentes."	vêm	vem	veem	vêem
15	Selecione a alternativa que apresenta o correto emprego do verbo nas seguintes frases:/ 1. Se ele _____ as peças hoje, teremos o suficiente para o feriado./ 2. Quando eu _____ tempo, vou assistir mais TV.	repuser - tiver	repor - tiver	repuser - ter	repor - ter

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
16	Sobre a relação de emprego, assinale a alternativa incorreta:	O contrato de emprego é regido pelo princípio da continuidade da relação empregatícia, incentivando a permanência por prazo determinado do vínculo de emprego, uma vez que todos os contratos de trabalho um dia terminam, ainda que com a morte do empregado.	O elemento fático-jurídico da personalidade cria um vínculo moral e psicológico entre o empregado e o empregador, havendo uma relação de confiança entre as partes. Por isso, a relação de emprego é personalíssima, e o empregado não se pode fazer substituir por outrem.	É essencial à configuração da relação de emprego que a prestação do trabalho, pela pessoa natural, tenha efetivo caráter de infungibilidade, no que tange ao trabalhador, ou seja, o contrato de trabalho é <i>intuitu personae</i> .	Segundo a doutrina, o elemento onerosidade na relação de emprego deve ser analisado em prisma objetivo e subjetivo. No plano objetivo, a onerosidade se traduz no pagamento, pelo empregador, de parcelas dirigidas a remunerar o empregado em função do contrato pactuado. No plano subjetivo, a onerosidade manifesta-se pela intenção contraprestativa, ou seja, há que se verificar o <i>animus contrahendi</i> para traduzir a fundamental intenção das partes (em especial do prestador de serviços) com respeito à natureza e efeitos jurídicos do vínculo formado entre elas.
17	Dentre os elementos da relação de emprego, destaca-se a subordinação. A subordinação é vista sob o prisma objetivo, já que ela atua sobre o modo de realização da prestação e não sobre a pessoa do trabalhador. Sobre este assunto, assinale a alternativa correta:	É incorreta a visão subjetiva da subordinação, que cria um estado de sujeição do trabalhador.	A subordinação é a face oposta do poder diretivo do empregador. Ela atua, portanto, sobre a pessoa do empregado, e não sobre o modo da prestação de serviços.	A dimensão clássica da subordinação é aquela que se expressa pela inserção do trabalhador na dinâmica do tomador de serviços, independentemente de receber (ou não) ordens diretas, mas acolhendo, estruturalmente, sua dinâmica de organização e funcionamento.	A evolução tecnológica gera mudanças na forma de prestação do trabalho humano, fazendo surgir a noção de parassubordinação, que foi desenvolvida pela doutrina brasileira para tratar de relações jurídicas heterogêneas que têm por objeto a prestação de trabalho. No trabalho parassubordinado, a natureza pessoal da prestação dos serviços não deve preponderar.

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
18	<p>Sobre os elementos jurídico-formais do contrato de emprego, analise as assertivas: I. O primeiro elemento a ser considerado é a capacidade das partes. A capacidade trabalhista está regulada na CLT. O fato de o menor passar a ter economia própria não o torna maior para fins trabalhistas. II. O objeto do contrato de trabalho deve ser lícito, entrando em relevo a distinção entre trabalho ilícito e trabalho proibido. Na atividade proibida, o contrato não produz nenhum efeito, pois o negócio é reprovado pelo direito, em defesa dos interesses da sociedade, ou dos bons costumes e dos valores existentes. Nesse caso, o valor tutelado é a realização da ordem pública. III. O trabalho do menor de 14 anos é ilícito, posto que o trabalho somente seria possível na condição de aprendiz a partir dos 14 anos; já a atividade exercida pela meretriz em um prostíbulo é proibida, por ser contrária aos bons costumes, não produzindo qualquer efeito. IV. Relativamente à forma, esta não é rígida no Direito do Trabalho quando se trata de contrato sem prazo, que é a regra geral. Todavia, quando se cuida de contrato a prazo, exige-se a celebração por escrito. Assinale a alternativa correta:</p>	apenas I e IV estão corretas	apenas II está errada	apenas III está correta	apenas II e III estão corretas
19	Assinale a alternativa INCORRETA:	As instituições de beneficência, para os fins da relação de emprego, não são equiparadas a empregador, em qualquer hipótese;	Os profissionais liberais que admitirem trabalhadores como empregados são equiparados a empregador;	A empresa individual pode ser empregadora, se admitir, assalariar e dirigir a prestação pessoal de serviços;	É empregador rural a pessoa física ou jurídica, proprietário ou não que explore atividade do turismo rural ancilar à exploração agroeconômica.

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
20	Com relação ao empregador e caracterização de grupo econômico, considerando o que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho, para sua caracterização é INCORRETO afirmar que:	A atuação conjunta de empresas é um dos elementos para configuração do grupo econômico, ainda que não demonstrada a existência de seu interesse integrado;	A mera identidade de sócios não caracteriza grupo econômico, nos termos do art. 2º, §2º da Consolidação das Leis do Trabalho;	Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego;	A Consolidação das Leis do Trabalho não exige, para a caracterização de grupo econômico, a presença de controle efetivo de várias empresas por uma pessoa física ou jurídica;
21	É INCORRETO afirmar que:	os gerentes, assim considerados os exercentes de cargos de gestão, bem como os diretores e chefes de departamento ou filial não estão submetidos, em qualquer hipótese, ao controle de jornada;	os empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho não estão submetidos a controle de jornada, desde que esta condição esteja anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social e no registro de empregados ;	O empregado em regime de tele trabalho, esta dispensado do controle de jornada;	Os empregados de estabelecimentos bancários, exercentes de funções de direção, gerência, fiscalização, chefia e equivalentes ou que desempenhem outros cargos de confiança não estão submetidos a jornada de seis horas, desde que o valor da gratificação não seja inferior a um terço do salário do cargo efetivo.

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
22	Em relação ao empregado submetido a regime de teletrabalho, consoante os dispositivos constantes da Consolidação das Leis do Trabalho assinale a alternativa CORRETA:	Poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação do empregador, garantido prazo de transição mínimo de quinze dias, com correspondente registro em aditivo contratual;	A alteração entre regime presencial e de teletrabalho somente ocorrerá por ato unilateral do empregador, registrado em aditivo contratual;	Descaracteriza o teletrabalho, o comparecimento do empregado às dependências do empregador, para a realização de atividades específicas, que exijam a presença do empregado no estabelecimento;	As despesas com a manutenção, aquisição de infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, integram a remuneração do empregado.
23	Com relação ao empregado domestico é INCORRETO afirmar que:	É permitida a contratação de empregado domestico, menor de 18 anos, a partir de 16 anos, somente na condição de aprendiz;	O empregado doméstico é aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana;	A finalidade lucrativa da atividade descaracteriza o contrato de emprego domestico;	É considerado empregado domestico aquele que presta serviços no âmbito residencial, sem finalidade lucrativa, de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal a pessoas físicas que não possuam entre si, vínculo de parentesco.
24	Considerando o que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA:	Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade;	Na falta de estipulação do salário ou não havendo prova sobre a importância ajustada, o empregado terá direito a perceber salário igual ao daquela que, na mesma empresa, fizer serviço equivalente, salvo se a diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a dois anos ;	Ao empregador é vedado efetuar desconto de qualquer natureza nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos ou de dispositivos de lei;	O trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social, poderá servir como paradigma para fins de equiparação salarial;

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
25	Consoante a Consolidação das Leis do Trabalho é INCORRETO afirmar que:	O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, somente deve ser estipulado por período não superior a 1 (um) mês	Não é considerado salário, o fornecimento pelo empregador, de transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público;	Prêmios são as liberalidades concedidas pelo empregador em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro a empregado ou a grupo de empregados, em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades;	A habitação e a alimentação fornecidas como salário utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário contratual.
26	Assinale a alternativa CORRETA com relação a terceirização trabalhista:	os empregados do subempreiteiro podem reclamar contra o empreiteiro principal pelo inadimplemento de obrigações derivadas do contrato de trabalho;	Nos termos da Lei 6.019/74 a empresa prestadora de serviços é aquela que contrata, remunera e dirige o trabalho realizado por seus trabalhadores, sendo vedada a subcontratação de outras empresas para a realização desses serviços;	É proibida a contratação de trabalho temporário para a substituição de trabalhadores em greve, em qualquer hipótese;	Inexiste vínculo empregatício entre os trabalhadores e a empresa contratante, exceto se a tomadora dos serviços explorar atividade de natureza temporária

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
27	Com relação a extinção do contrato de emprego por justa causa, é CORRETO afirmar que:	É cabível o desligamento por justa causa na hipótese de condenação criminal do empregado, transitada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena, independente do tipo penal cometido possuir relação com o contrato de trabalho;	É imprescindível para a validade do desligamento por justa causa em razão de ato praticado pelo empregado, dentre outros requisitos, que exista nexo causal e proporcionalidade entre a falta grave e a dispensa, bem como inoocorrência de perdão tácito, não se exigindo imediatidade da punição;	A indisciplina, que consiste do descumprimento de ordens recebidas pelo empregado do empregador ou seus prepostos, por meio de chefias, ainda que não habitual, motiva o desligamento por justa causa, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho;	É motivo para a extinção do contrato de emprego por justa causa a prática pelo empregado de ato lesivo da honra e boa fama ou ofensas físicas contra o empregador e superiores hierárquicos, desde que ocorrido no local de trabalho, salvo em caso de legítima defesa própria ou de outrem;
28	Com relação à extinção do contrato de emprego, assinale a alternativa INCORRETA:	O empregado estável acusado de falta grave poderá ser suspenso de suas funções, pelo prazo máximo de 180(cento e oitenta dias) mas a sua despedida só se tornará efetiva após o inquérito e que se verifique a procedência da acusação.	Dado o aviso prévio, a rescisão torna-se efetiva depois de expirado o respectivo prazo, mas, se a parte notificante reconsiderar o ato, antes de seu termo, à outra parte é facultado aceitar ou não a reconsideração.	A extinção do contrato por acordo entre empregado e empregador prevista no caput do art.484-A da Consolidação das Leis do Trabalho autoriza o ingresso no Programa de Seguro-Desemprego.	Quando da extinção do contrato de trabalho, o empregador deverá proceder à anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, assim como deverá providenciar a comunicação da dispensa aos órgãos competentes.
29	Em relação à estabilidade da empregada gestante, o Tribunal Superior do Trabalho, em Jurisprudência sumulada, entende que:	Mesmo se tratando de empregada contratada por prazo determinado, a gestante tem direito a estabilidade provisória prevista no art. 10, inciso II, alínea "b" do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;	É necessário o conhecimento prévio do empregador do estado gravídico da empregada gestante para fins de pagamento de indenização decorrente da estabilidade;	A garantia de emprego pode ser reivindicada mesmo após o período da estabilidade, sendo assegurada a reintegração da empregada gestante com o pagamento de salários e demais direitos correspondentes a estabilidade;	A estabilidade provisória prevista no art. 10, inciso II, alínea "b" do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias destina-se apenas às empregadas gestantes contratadas por prazo indeterminado;

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
30	Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar, com relação à remuneração das férias dos empregados que:	Quando o salário for pago por hora com jornadas variáveis, apurar-se-á a média do período aquisitivo, aplicando-se o valor do salário na data da concessão das férias	Os adicionais por trabalho extraordinário, noturno, insalubre ou perigoso serão computados no salário que servirá de base ao cálculo da remuneração das férias, apenas se forem habituais	Não integrará a remuneração das férias a parte do salário paga em utilidades	Quando o salário for pago por percentagem, comissão ou viagem, apurar-se-á a média recebida no período período aquisitivo, aplicando-se o valor pago na data da concessão das férias
31	Com relação a terceirização, por meio de Súmula, o Tribunal Superior do Trabalho consolidou entendimento de que:	Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta;	Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, caso constatado o inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte da empresa interposta, independente da constatação conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, considerando o descumprimento de dever geral de fiscalização do inadimplemento das obrigações assumidas pela empresa regularmente contratada	A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange apenas as verbas trabalhistas decorrentes da condenação, referentes ao período da prestação laboral;	O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, não se exigindo que tenha participado da relação processual

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
32	Em relação aos empregados de empresa prestadora de serviços em favor de empresa tomadora- dos serviços, nos termos da Lei 6.019/1974, com redação da Lei 13.429/2017, é correto afirmar que:	Contratante e contratada poderão estabelecer, se assim entenderem, que os empregados da contratada farão jus a salário equivalente ao pago aos empregados da contratante, além de outros direitos	É responsabilidade da contratada garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos seus trabalhadores, ainda que o trabalho seja realizado nas dependências da contratante.	É permitido à contratante a utilização dos trabalhadores em atividades distintas daquelas que foram objeto do contrato com a empresa prestadora de serviços.	Contratante é a pessoa física ou jurídica que celebra contrato com empresa de prestação de serviços relacionados a quaisquer de suas atividades, exceto sua atividade principal;
33	Em relação a extinção de contrato de trabalho por prazo determinado é INCORRETO afirmar que:	Em havendo a extinção antecipada do contrato a termo a pedido do empregado, este não fará jus às férias proporcionais com a gratificação de 1/3	Quando ocorrer o termino antecipado, por ato do empregador e, em havendo cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada, o empregado fará jus as verbas resilitórias semelhantes de um contrato por prazo indeterminado.	Em havendo a extinção normal do contrato por prazo determinado, em razão do decurso do prazo, o empregado fara jus, além de outras parcelas, ao FGTS, todavia, sem a multa de 40%.	Quando se tratar de extinção antecipada, em razão de dispensa pelo empregador, nos termos do art. 479 da Consolidação das Leis do Trabalho, é devida pelo empregador, a titulo de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito o empregado, até o termo do contrato.
34	Com relação ao contrato de trabalho individual e sua alteração, é INCORRETO afirmar que:	A alteração do contrato de trabalho que resulte no não exercício de função de confiança, sem justo motivo, assegura ao empregado o direito à manutenção do pagamento da gratificação correspondente	Não se considera alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.	É lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado.	É lícita a alteração das condições do contrato de trabalho, desde que por mutuo consentimento e, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
35	Em relação à extinção do contrato de trabalho e aviso prévio, é CORRETO afirmar que:	Nos termos de Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, a ocorrência de justa causa, salvo a de abandono de emprego, no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória	A falta do aviso prévio por parte do empregador dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, todavia, sem a integração desse período no seu tempo de serviço.	O reajustamento salarial coletivo, determinado no curso do aviso prévio, beneficia o empregado pré-avisado da despedida, exceto se recebeu antecipadamente os salários correspondentes ao período do aviso.	Consoante jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, o direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado, todavia o pedido de dispensa de cumprimento não exime o empregador de pagar o respectivo valor, em qualquer hipótese.
36	Com relação ao salário e remuneração, assinale a alternativa INCORRETA:	Considera-se gorjeta apenas a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado.	As diárias para viagem, ainda que excedam a 50% (cinquenta por cento) do salário recebido pelo empregado não integram a remuneração do empregado.	A assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde, concedida pelo empregador não é considerada salário nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho.	O valor do salário-utilidade relativo a habitação coletiva será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-habitantes, sendo vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família.
37	Com relação à suspensão e interrupção do contrato de trabalho e seus efeitos, é CORRETO afirmar que:	Nos contratos por prazo determinado, o tempo de afastamento, se assim acordarem as partes interessadas, não será computado na contagem do prazo para a respectiva terminação.	No período em que o empregado está afastado para cumprir exigências do serviço militar referidas no art. 65, alínea "c" da Lei 4.375/64 (Lei do Serviço Militar), embora seja garantido o pagamento de salários ao empregado, o empregador fica isento do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.	Consoante Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, em caso de suspensão do contrato de trabalho, não é assegurada a manutenção de plano de saúde ou de assistência médica oferecido pela empresa ao empregado.	O empregado que for aposentado por invalidez terá rescindido seu contrato de trabalho.

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
38	Em relação à extinção do contrato de trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:	A perda da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão, em decorrência de conduta dolosa ou culposa do empregado constitui justa causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador.	A extinção do contrato por acordo entre empregado e empregador não autoriza o ingresso no Programa de Seguro-Desemprego.	É motivo para o empregado considerar rescindido o contrato de trabalho e pleitear indenização do empregador, quando correr perigo manifesto de mal considerável.	Quando na ocorrência de força maior que determine a extinção da empresa, ao empregado não estável demitido, é devida a metade da indenização que seria devida em caso de rescisão sem justa causa.
39	Sobre a execução trabalhista, assinale a alternativa incorreta:	A execução será promovida de ofício pelo juiz ou pelo Presidente do Tribunal, ainda nos casos em que as partes não estiverem representadas por advogado.	Aplica-se ao processo do trabalho o incidente de descon sideração da personalidade jurídica previsto no Código de Processo Civil.	É competente para a execução das decisões o Juiz ou Presidente do Tribunal que tiver conciliado ou julgado originariamente o dissídio.	No processo de execução são devidas custas, sempre de responsabilidade do executado e pagas ao final.
40	Análise as afirmações a seguir: I. Indeferir a petição inicial significa trancá-la liminarmente, antes do recebimento da defesa, sem dar prosseguimento ao pretendido pelo autor. O juiz, verificando que a inicial contém nulidade sanável, não deve conceder à parte prazo para emendá-la. II. A decisão que indefere a inicial tem natureza terminativa, pois extingue o processo, sem resolução de mérito. Desse modo, no Processo do Trabalho, tal decisão desafia a interposição de agravo de instrumento. III. A petição inicial deve conter um pedido, o qual pode ser, inclusive, sucessivo, isto é, aquele que, por força da lei ou do contrato, pode ser realizado de mais de uma forma. Assinale a alternativa correta:	todas as assertivas estão incorretas	todas as assertivas estão corretas	apenas III está correta	apenas II e III estão corretas

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
41	A sentença se encontra subordinada ao princípio da congruência, também conhecido como princípio da correlação, da adstrição, da correspondência. Neste caso, a sentença que julgar além do pedido é:	<i>ultra petita</i>	<i>citra petita</i>	<i>extra petita</i>	<i>nulla petita</i>
42	Analise as afirmativas a seguir: I. A competência para julgar os dissídios coletivos é dos Tribunais Regionais do Trabalho (Pleno) ou da Seção Especializada sobre o assunto, conforme disposição regimental, quando a base territorial do sindicato se restringe a um Estado e do TST, quando a base territorial do Sindicato abranger mais de um Estado da Federação. II. A CLT aceita que não ocorra arquivamento, no caso de ausência do reclamante à audiência, quando esta faltar a esta por motivo de doença ou outro motivo poderoso, devidamente comprovado. Neste caso, o reclamante deverá se fazer representar por outro empregado que pertença à mesma categoria ou por seu sindicato. Esta representação tem o sentido de substituição processual, uma vez que é possível praticar ato processual. III. Segundo a doutrina, os princípios processuais do rito sumaríssimo são os mesmos do processo do trabalho, destacando-se os da oralidade, simplicidade, celeridade e maiores poderes do Juiz do Trabalho na direção do Processo. Assinale a alternativa correta:	apenas I e III estão corretas	todas as assertivas estão corretas	apenas III está correta	apenas II e III estão corretas

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
43	Assinale a alternativa correta:	O juiz deverá fixar o valor da condenação, ainda que sua decisão não seja líquida, haja vista a necessidade de tal valor para fins de apuração de custas e depósito recursal. Sobre o tema, o TRT da 8ª Região estimula para que as sentenças proferidas sejam integralmente líquidas.	Como regra geral, a sentença deve ser cumprida no prazo de quinze dias após o trânsito em julgado. Tal regra, porém, não se aplica nas sentenças desfavoráveis aos entes de direito público, salvo na hipótese de não cabimento do duplo grau de jurisdição.	De acordo com o § 1º do art. 832 da CLT, a sentença que julgar improcedente o pedido deverá determinar o prazo e as condições para o seu cumprimento.	No dispositivo da sentença, o juiz não é obrigado a fixar as custas processuais, as quais têm natureza jurídica de taxa judiciárias, espécie do gênero tributo, uma vez que no processo do trabalho a regra é a concessão de assistência judiciária gratuita ao trabalhador.
44	No tocante à revelia no processo do trabalho, assinale a alternativa errada:	Conforme dicção legal após a Reforma Trabalhista, ainda que ausente o reclamado e o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.	Quando o reclamado não comparece à audiência inaugural ocorre a revelia e a confissão quanto à matéria de fato. Uma exceção a essa regra é se houver pluralidade de reclamados e um deles contestar a ação.	Quando a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato a ausência do reclamado não gera a confissão ficta.	Malgrado a existência de várias decisões reconhecendo a possibilidade de atraso da parte em audiência, diante dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, não é tolerado o atraso das partes no horário de comparecimento às audiências, mesmo que de cinco minutos.
45	Acerca dos princípios que regem a elaboração da sentença, assinale a afirmativa falsa:	Pelo princípio da legalidade, o juiz deve observar os requisitos legais: relatório (inclusive para o rito sumaríssimo), fundamentação e conclusão, sob pena de nulidade.	Segundo o princípio da vinculação do pedido, a sentença não pode se afastar da pretensão posta em juiz, sob pena de nulidade.	Pelo princípio da fundamentação, deve se entender que esta é garantia de cidadania e do Estado Democrático de Direito, de modo que o juiz sempre deve expor os motivos do seu convencimento.	Pelo princípio do livre convencimento, o juiz é livre para valorar a prova e interpretar a controvérsia jurídica, nos limites em que foi proposta.

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
46	Acerca do Mandado de Segurança, segundo a Lei n. 12.016/2009, assinale a alternativa CORRETA.	Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.	Conceder-se-á Mandado de Segurança quando se tratar de decisão judicial transitada em julgado;	O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 20 (vinte) dias, quando notificado judicialmente;	Conceder-se-á Mandado de Segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução;
47	Acerca do Mandado de Segurança, segundo a Lei n. 12.016/2009, assinale a alternativa INCORRETA.	Independente do deferimento de medida liminar, o processo não terá prioridade de julgamento, seguindo seu curso normal;	Ao despachar a inicial, o juiz ordenará que se notifique o coator do conteúdo da petição inicial, enviando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações;	Do indeferimento da inicial pelo juiz de primeiro grau caberá apelação e, quando a competência para o julgamento do mandado de segurança couber originariamente a um dos tribunais, do ato do relator caberá agravo para o órgão competente do tribunal que integre;	Os efeitos da medida liminar, salvo se revogada ou cassada, persistirão até a prolação da sentença.

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
48	Acerca do Procedimento de Tutela Cautelar, assinale a alternativa CORRETA.	Ao tratarmos da instauração do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica no processo do trabalho, essa suspenderá o feito, sem prejuízo da concessão de eventual tutela de natureza cautelar na forma do disciplinado no artigo 301 do CPC;	Não será necessário na petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente indicar a lide e seu fundamento, a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo;	Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 10 (dez) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais;	Não cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente, ainda que o autor não apresente o pedido principal no prazo legal.
49	Em se tratando de Recurso Ordinário, assinale a alternativa CORRETA.	Os Tribunais Regionais, divididos em Turmas, poderão designar Turma para o julgamento dos recursos ordinários interpostos das sentenças prolatadas nas demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo.	Não se admite a interposição de Recurso Ordinário das decisões definitivas proferidas em sede de Dissídio Coletivo;	Nas reclamações trabalhistas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, o recurso ordinário obrigatoriamente terá parecer por escrito do representante do Ministério Público;	Cabe recurso ordinário tão somente das decisões definitivas das Varas;
50	Considerando as modalidades recursais admitidas no processo do trabalho, assinale a alternativa CORRETA.	Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal;	O Recurso de Revista, dotado, em regra, tanto de efeito devolutivo quanto suspensivo, será interposto perante o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, que, por decisão fundamentada, poderá recebê-lo ou denegá-lo;	Cabe Recurso de Revista para a SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho;	Admite-se a interposição de Recurso de Revista no procedimento sumaríssimo nas mesmas hipóteses em que se admite no rito ordinário.

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
51	No que toca aos recursos, assinale a alternativa INCORRETA:	Em se tratando de agravo de instrumento, o agravado será intimado para oferecer resposta apenas aos termos do agravo, nada referindo quanto ao recurso principal;	O agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença;	Os embargos de declaração interrompem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes, salvo quando intempestivos, irregular a representação da parte ou ausente a sua assinatura;	Das decisões proferidas em dissídio coletivo que afete empresa de serviço público, ou, em qualquer caso, das proferidas em revisão, poderão recorrer, além dos interessados, o Presidente do Tribunal e a Procuradoria da Justiça do Trabalho.
52	Assinale a alternativa CORRETA.	Na forma do artigo 899 da CLT, os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito meramente devolutivo, salvo as exceções previstas em lei, permitida a execução provisória até a penhora;	No ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponderá a 60% (sessenta por cento) do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar;	No caso de entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, o valor do depósito recursal será reduzido em 20%;	Independente de estar correndo prazo comum, aos procuradores das partes será permitido ter vista dos autos fora do cartório ou secretaria.
53	No que diz respeito aos recursos no processo do trabalho, assinale a alternativa CORRETA:	b) considerando o princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias no processo do trabalho, o cabimento do agravo de instrumento é estrito à hipótese de despacho que denegue a interposição de recurso;	a) os recursos serão interposto por simples petição e serão recebidos, por regra, tanto no efeito devolutivo quanto suspensivo, sendo admitida a execução provisória até a penhora;	c) das decisões proferidas em sede de execução caberá a interposição de agravo de petição, no prazo de 08 dias, não sendo necessário ao recebimento do recurso a delimitação justificada da matéria e valores impugnados;	d) caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de oito dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subsequente a sua apresentação, registrado na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso;

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
54	Acerca da execução trabalhista, assinale a alternativa CORRETA.	Constituem títulos executivos judiciais as decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo e os acordos, quando não cumpridos;	Para iniciar a execução das contribuições sociais previstas na alínea "a" do inciso I e no inciso II do "caput" do art. 195 da Constituição Federal, e seus acréscimos legais, relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e dos acordos homologados, a Justiça do Trabalho necessita que a União, através da Procuradoria da Fazenda Nacional, peticione nos autos, requerendo formalmente;	Ainda que as partes não estejam representadas por advogado, o artigo 878 da CLT veda a execução de ofício pelo Juiz;	Os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia também assumem feição de título executivo judicial.
55	Acerca das modalidades recursais admitidas no processo do trabalho, assinale a alternativa CORRETA.	Quando o Recurso de Revista tempestivo contiver defeito formal que não se repute grave, o Tribunal Superior do Trabalho poderá desconsiderar o vício ou mandar saná-lo, julgando o mérito;	Considerando que a CLT estabelece que o cabimento do Recurso Ordinário no processo do trabalho está adstrito às decisões definitivas das Varas e Juízos, não há que se falar na interposição de Recurso Ordinário na hipótese de indeferimento da petição inicial por inobservância dos requisitos estabelecidos no artigo 840, §1º, da CLT;	Em se tratando de Recurso de Revista, precisamente na análise da transcendência, jamais será considerado como indicador de natureza econômica o elevado valor da causa;	Na forma do artigo 897-A da CLT, não constitui hipótese de cabimento dos Embargos de Declaração o manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
56	Assinale a alternativa CORRETA:	Requerida a execução, o juiz ou presidente do tribunal mandará expedir mandado de citação do executado, a fim de que cumpra a decisão ou o acordo no prazo, pelo modo e sob as cominações estabelecidas ou, quando se tratar de pagamento em dinheiro, inclusive de contribuições sociais devidas à União, para que o faça em 48 (quarenta e oito) horas ou garanta a execução, sob pena de penhora.	À luz do inciso VIII, artigo 114 da CF e da súmula 368 do TST, a Justiça do Trabalho é competente para processar a cobrança das contribuições previdenciárias inerentes ao vínculo de emprego. Neste sentido também é a súmula vinculante do STF n. 53.	Considerando a nova redação do artigo 878 da CLT atribuída pela Lei n. 13.467/2017, toda e qualquer execução na seara processual trabalhista para ser iniciada depende de requerimento das partes.	Na execução trabalhista, o oferecimento de embargos à execução, impugnação aos cálculos e exceção pré-executividade exige que o juízo esteja garantido integralmente, sob pena do incidente não ser admitido.
57	Em relação à execução no processo do trabalho, assinale a alternativa CORRETA:	É competente para a execução de título executivo extrajudicial o juiz que teria competência para o processo de conhecimento relativo à matéria.	Na forma do artigo 883-A da CLT, a decisão judicial poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), nos termos da lei, independente do trânsito em julgado da sentença proferida, a qualquer tempo.	Não se admite no processo do trabalho a garantia do juízo através de seguro-garantia judicial.	Considera-se exigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal ou em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal.

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
58	Assinale a alternativa INCORRETA:	Segundo a CLT, em seu artigo 889-A, §1º, a concessão de parcelamento pela Secretaria da Receita Federal provoca a extinção do processo por falta de interesse do credor, não sendo necessário aguardar a quitação de todas as parcelas.	Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 (cinco) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.	A exigência da garantia ou penhora não se aplica às entidades filantrópicas.	O arrematante deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) do seu valor.
59	Acerca do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica, é CORRETO afirmar:	Da decisão que acolhe o incidente na fase de conhecimento, não cabe recurso imediato.	Admitindo-se que a decisão que acolhe o incidente apresenta natureza interlocutória, por força do princípio das irrecorribilidade das decisões interlocutórias no processo do trabalho, em se tratando de acolhimento na fase processual de execução, a CLT não admite Agravo de Petição.	A decisão que acolhe o incidente não tem natureza interlocutória.	Da decisão que rejeitar o incidente, não cabe agravo interno se proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal.
60	No que diz respeito ao Procedimento de Jurisdição Voluntária, assinale a alternativa INCORRETA:	As partes poderão ser representadas pelo mesmo advogado já que não se está diante uma típica lide, de um litígio, mas de uma convergência de interesses, podendo inclusive trabalhador e empregador assumirem o status processual de interessados.	Faculta-se ao trabalhador ser assistido pelo advogado do sindicato de sua categoria.	No prazo de quinze dias a contar da distribuição da petição, o juiz analisará o acordo, designará audiência se entender necessário e proferirá sentença.	A petição de homologação de acordo extrajudicial suspende o prazo prescricional da ação quanto aos direitos nela especificados.

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
61	Em relação aos Recursos no processo do trabalho, assinale a alternativa CORRETA:	Quando o recurso tempestivo contiver defeito formal que não se repute grave, o Tribunal Superior do Trabalho poderá desconsiderar o vício ou mandar saná-lo, julgando o mérito.	No caso do Recurso de Revista, diferente das outras espécies recursais, esse é, por regra, dotado dos efeitos devolutivo e suspensivo.	Da decisão que denegar o Recurso de Revista, caberá agravo no prazo de 10 dias.	Não compete ao Tribunal Superior do Trabalho examinar se a causa oferece transcendência com relação a aspectos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
62	Assinale a alternativa CORRETA:	Os Embargos de Declaração interrompem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes, salvo quando intempestivos, irregular a representação da parte ou ausente a sua assinatura.	No caso do Agravo de Instrumento, o Agravado será intimado para oferecer resposta apenas ao Agravo, sendo desnecessária qualquer manifestação quanto ao recurso principal.	Assim como em relação aos demais recursos, os embargos de declaração devem respeitar o prazo de 08 dias.	O Agravo de Instrumento e o Agravo de Petição se propõem à mesma finalidade, diferenciando-se apenas pelo fato do primeiro ter cabimento na fase processual de conhecimento e o segundo na execução.
63	Em relação ao Mandado de Segurança e a jurisprudência trabalhista consolidada, assinale a alternativa INCORRETA:	É possível impetrar, tem cabimento o mandado de segurança contra decisão judicial transitada em julgado.	Da decisão de Tribunal Regional do Trabalho em mandado de segurança cabe recurso ordinário, no prazo de 8 (oito) dias, para o Tribunal Superior do Trabalho, e igual dilação para o recorrido e interessados apresentarem razões de contrariedade.	A tutela provisória concedida na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante recurso ordinário.	Não fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado para garantir crédito exequendo, pois é prioritária e obedece à gradação prevista no art. 835 do CPC.
64	Assinale a alternativa CORRETA:	No ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.	Segundo a CLT, os recursos poderão ser interpostos tanto por simples petição como verbalmente, sendo recebidos meramente no efeito devolutivo e permitida a execução definitiva até a penhora.	O depósito recursal não poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial.	Ficam dispensados de efetuar o depósito recursal em caso de condenação, as entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
65	No tocante à execução, assinale a alternativa CORRETA:	Aos trâmites e incidentes do processo da execução são aplicáveis, naquilo em que não contravierem às disposições contidas na CLT, os preceitos que regem o processo dos executivos fiscais para a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública Federal (Lei 6.830/80).	Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos sempre no juízo deprecado.	Nos casos de arrematação do bem penhorado, o arrematante deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 50% do valor correspondente à avaliação.	Em sede de embargos à execução, não se pode alegar a prescrição da dívida, uma vez que o direito do trabalho não comporta a pronúncia da prescrição intercorrente.
66	Em 2020, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução n.º 345, dispondo sobre o “Juízo 100% Digital”. Diante do teor desta resolução, é falso afirmar:	Cabe ao Poder Judiciário implementar mecanismos que concretizem o princípio constitucional de amplo acesso à Justiça (art. 5º, XXXV, da Constituição Federal). Assim, o Juízo 100% Digital é uma forma de transformar algumas Varas em totalmente digitais para favorecer o acesso à justiça.	A Lei n.º 11.419/2006 autoriza os órgãos do Poder Judiciário a regulamentarem a informatização do processo judicial, assim como o Processo Judicial Eletrônico (PJe) já é o sistema informatizado de processo judicial no Poder Judiciário brasileiro.	A tramitação de processos em meio eletrônico promove o aumento da celeridade e da eficiência da prestação jurisdicional, bem como a racionalização da utilização de recursos orçamentários pelos órgãos do Poder Judiciário, em um contexto de mudanças introduzidas nas relações e nos processos de trabalho em virtude do fenômeno da transformação digital.	O Conselho Nacional de Justiça detém atribuição para regulamentar a prática de atos processuais por meio eletrônico, nos termos do art.196 do Código de Processo Civil.

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
67	Sobre a implementação do “Juízo 100% Digital” no Poder Judiciário, nos termos versados na Resolução n.º 345 do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa errada:	Inviabilizada a produção de meios de prova ou de outros atos processuais de forma virtual, a sua realização de modo presencial impedirá a tramitação do processo no âmbito do “Juízo 100% Digital”.	No âmbito do “Juízo 100% Digital”, todos os atos processuais serão exclusivamente praticados por meio eletrônico e remoto por intermédio da rede mundial de computadores.	O “Juízo 100% Digital” poderá se valer também de serviços prestados presencialmente por outros órgãos do Tribunal, como os de solução adequada de conflitos, de cumprimento de mandados, centrais de cálculos, tutoria dentre outros, desde que os atos processuais possam ser convertidos em eletrônicos.	As unidades jurisdicionais que adotarem o “Juízo 100% Digital” mantêm incólume a sua competência.
68	Sobre a escolha dos litigantes ao “Juízo 100% Digital”, nos termos da Resolução n.º 345 do Conselho Nacional de Justiça, marque a alternativa correta:	A parte demandada poderá se opor a essa escolha até sua primeira manifestação no processo, salvo no processo do trabalho, em que essa oposição deverá ser deduzida em até cinco dias úteis contados do recebimento da primeira notificação.	A escolha pelo “Juízo 100% Digital” é facultativa e será exercida pela parte demandante no momento da distribuição da ação, podendo a parte demandada opor-se a essa opção até o momento da contestação, inclusive no processo do trabalho.	Adotado o “Juízo 100% Digital”, as partes poderão retratar-se dessa escolha, por uma única vez, mesmo após a prolação da sentença, preservados todos os atos processuais já praticados.	No processo do trabalho, ocorrida a aceitação tácita pelo decurso do prazo, a oposição à adoção do “Juízo 100% Digital” consignada na primeira manifestação escrita apresentada inviabilizará qualquer possibilidade de retratação pela modalidade digital.

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
69	<p>Sobre o “Juízo 100% Digital”, nos termos da Resolução n.º 345 do Conselho Nacional de Justiça, analise as afirmativas a seguir: I. A qualquer tempo, o magistrado poderá instar as partes a manifestarem o interesse na adoção do “Juízo 100% Digital”, ainda que em relação a processos anteriores à entrada em vigor desta Resolução, importando o silêncio, após duas intimações, aceitação tácita. II. Havendo recusa expressa das partes à adoção do “Juízo 100% Digital”, o magistrado poderá propor às partes a realização de atos processuais isolados de forma digital, ainda que em relação a processos anteriores à entrada em vigor desta Resolução, importando o silêncio, após duas intimações, aceitação tácita. III. O “Juízo 100% Digital” deverá prestar atendimento remoto durante o horário de atendimento ao público por telefone, por e-mail, por vídeo chamadas, por aplicativos digitais ou por outros meios de comunicação que venham a ser definidos pelo tribunal, inclusive por intermédio do “Balcão Virtual”. Assinale a alternativa correta:</p>	todas as afirmativas são corretas	apenas I e III são corretas	apenas II e III são corretas	apenas I e II são corretas

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
70	Assinale a alternativa correta acerca da utilização do Juízo 100% Digital, nos termos da Resolução n.º 345 do CNJ:	Na hipótese de o “Juízo 100% Digital” não abranger todas as unidades jurisdicionais de mesma competência territorial e material, a escolha pelo “Juízo 100% Digital” será ineficaz quando o processo for distribuído para juízo em que este ainda não tiver sido contemplado.	As audiências e sessões no “Juízo 100% Digital” ocorrerão exclusivamente de forma telepresencial.	A existência de processos físicos em uma unidade jurisdicional impedirá a implementação do “Juízo 100% Digital” mesmo se houver processos que tramitem eletronicamente.	A implementação do “Juízo 100% Digital” pelos tribunais será obrigatoriamente precedida de consulta a ser feita exclusivamente aos magistrados titulares dos juízos a serem contemplados.
71	Para fins da Resolução n.º 354/2020 do Conselho Nacional de Justiça, analise as afirmativas: I. Entende-se por videoconferências as audiências e sessões realizadas a partir de ambiente físico externo às unidades judiciárias. II. As audiências telepresenciais envolvem a comunicação a distância realizada em ambientes de unidades judiciárias. III. A participação telepresencial, via rede mundial de computadores, ocorrerá em unidade judiciária diversa da sede do juízo que preside a audiência ou sessão. Assinale a alternativa correta:	todas as afirmativas são erradas	apenas II e III são corretas	apenas III é correta	apenas I e II são corretas
72	Nos termos da Resolução n.º 354 do Conselho Nacional de Justiça, as audiências telepresenciais serão determinadas pelo juízo, a requerimento das partes, se conveniente e viável, ou, de ofício nas seguintes hipóteses, exceto:	quando uma das partes residir em local diverso da sede do Juízo e o processo tramitar na forma 100% Digital.	indisponibilidade temporária do foro, calamidade pública ou força maior.	substituição ou designação de magistrado com sede funcional diversa.	urgência, mutirão ou projeto específico, além de conciliação ou mediação. Como a conciliação faz parte do processo do trabalho, é possível a designação de audiência inaugural de forma telepresencial.

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
73	Assinale a alternativa errada, nos termos da Resolução n.º 354 do Conselho Nacional de Justiça:	Com a retomada das atividades presenciais, a oposição à realização de audiência telepresencial não mais precisa ser fundamentada, submetendo-se posteriormente ao controle judicial.	Salvo requerimento de apresentação espontânea, o ofendido, a testemunha e o perito residentes fora da sede do juízo serão inquiridos e prestarão esclarecimentos por videoconferência, na sede do foro de seu domicílio ou no estabelecimento prisional ao qual estiverem recolhidos.	No interesse da parte que residir distante da sede do juízo, o depoimento pessoal ou interrogatório será realizado por videoconferência, na sede do foro de seu domicílio.	Salvo impossibilidade técnica ou dificuldade de comunicação, deve-se evitar a expedição de carta precatória inquiritória.
74	Os advogados, públicos e privados, e os membros do Ministério Público poderão requerer a participação própria ou de seus representados por videoconferência, nos termos da Resolução n.º 354 do Conselho Nacional de Justiça. Sobre o tema, é errado afirmar:	O deferimento da participação por videoconferência independe de viabilidade técnica e de juízo de conveniência pelo magistrado.	No interesse de partes, advogados, públicos ou privados, ou membros do Ministério Público, que não atuarem frequentemente perante o juízo, o requerimento será instruído por cópia do documento de identidade.	É ônus do requerente comparecer na sede do juízo, em caso de indeferimento ou de falta de análise do requerimento de participação por videoconferência.	A publicidade será assegurada, ressalvados os casos de segredo de justiça, por transmissão em tempo real ou por meio hábil que possibilite o acompanhamento por terceiros estranhos ao feito, ainda que mediante a exigência de prévio cadastro.
75	Nos termos da Resolução n.º 354 do Conselho Nacional de Justiça, a audiência telepresencial e a participação por videoconferência em audiência ou sessão observará as seguintes regras, com exceção de:	a critério do juiz e em decisão fundamentada, poderão ser repetidos os atos processuais dos quais as partes, as testemunhas ou os advogados não tenham conseguido participar em virtude de obstáculos de natureza técnica, independente de justificativa.	as testemunhas serão inquiridas cada uma de per si, de modo que umas não saibam nem ouçam os depoimentos umas das outras.	quando o ofendido ou testemunha manifestar desejo de depor sem a presença de uma das partes do processo, na forma da legislação pertinente, a imagem poderá ser desfocada, desviada ou inabilitada, sem prejuízo da possibilidade de transferência para lobby ou ambiente virtual similar.	as oitivas telepresenciais ou por videoconferência serão equiparadas às presenciais para todos os fins legais, asseguradas a publicidade dos atos praticados e as prerrogativas processuais de advogados, membros do Ministério Público, defensores públicos, partes e testemunhas.

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
76	A relação de trabalho engloba a relação de emprego, a relação de trabalho autônomo, a relação de trabalho eventual, de trabalho avulso e outras modalidades de pactuação de prestação de labor (como trabalho de estagiário, etc.). Por conta disso, a jurisprudência acompanha, sem ressalvas, a competência da Justiça do Trabalho prevista no artigo 114, I, da Constituição Federal, para processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	F	V		
77	É facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o preponente, segundo a regra do comparecimento obrigatório das partes em audiência. Por meio de recente alteração legislativa (Lei n.º 13.467/17), o preposto precisa ser empregado da reclamada, para que possa ter esse conhecimento dos fatos.	F	V		
78	O processo do trabalho é marcado pela informalidade e pela simplicidade, a fim de garantir a celeridade. Diante disso, a resposta do réu, no processo do trabalho, é restringida à contestação. Portanto, se o reclamado desejar postular contra o reclamante deve ajuizar uma ação própria ou realizar um pedido contraposto na contestação.	F	V		

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
79	O processo judicial eletrônico (PJe) no Brasil é um fenômeno relativamente recente, especialmente na Justiça do Trabalho, e vem colaborando para a celeridade da tramitação processual. O primeiro marco legislativo da informatização do processo judicial foi a Reforma Trabalhista, que previu expressamente que a parte poderá apresentar defesa escrita pelo sistema de processo judicial eletrônico até a audiência.	F	V		
80	A Justiça do Trabalho é competente para determinar o recolhimento das contribuições previdenciárias, em relação às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integram o salário de contribuição, inclusive, no caso de reconhecimento de vínculo empregatício, quanto aos salários pagos durante a contratualidade.	F	V		
81	Anteriormente à Lei n.º 13.467/17, quando a reclamada não comparecia à audiência inaugural, era costume o juiz não aplicar a revelia se estivesse presente o advogado. Com esta lei, ainda que ausente a reclamada, presente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos que este vier a apresentar na sessão.	F	V		

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
82	Na hipótese de ausência do reclamante à audiência inaugural, mesmo sendo beneficiário da justiça gratuita, este será condenado ao pagamento das custas processuais, salvo se comprovar, no prazo de cinco dias, que a ausência ocorreu por motivo legalmente justificável.	F	V		
83	A greve, embora seja um direito social, e também um direito fundamental da classe trabalhadora, não é um direito ilimitado. A Justiça do Trabalho já apreciava os conflitos de greve envolvendo direitos das classes trabalhadora e patronal, mas apenas com a Emenda Constitucional 45/04 passou a apreciar as controvérsias periféricas que envolviam a greve, como as ações possessórias e as ações indenizatórias em razão do movimento grevista.	V	F		
84	Dissídios individuais são aqueles em que se ventilam, imediatamente, interesses de indivíduos determinados, tal como ocorre quando o empregado reclama contra o empregador. Assim, ainda que haja mais de um reclamante, isto é, seja uma ação plúrima, haverá um dissídio individual.	V	F		

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
85	A CLT determina que o reclamante e reclamado devem estar presentes à audiência inaugural, sob pena de arquivamento do processo no primeiro caso, e de revelia no caso de ausência do reclamado, além de confissão quanto à matéria de fato. No entanto, a ausência do reclamante, quando adiada a instrução após contestada a ação em audiência, não importa arquivamento do processo.	V	F		
86	O procedimento sumaríssimo só tem lugar nas ações trabalhistas individuais, cuja valor da causa seja superior a dois salários mínimos e inferior a quarenta salários mínimos. Isto porque, nas causas até dois salários mínimos o procedimento legal é o sumário e, nas causas de valor superior a quarenta salários mínimos, o ordinário.	V	F		
87	A resposta do réu, no processo do trabalho, não se restringe à contestação, haja vista o CPC, inquestionavelmente aplicável à espécie, disciplina que, após a sua citação, o demandado poderá oferecer exceção, contestação e reconvenção. No processo do trabalho, a exceção de incompetência territorial deve ser apresentada junto com a contestação.	F	V		

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
88	A fase instrutória do processo é o momento da produção de provas. No rol dos direitos fundamentais da Constituição Federal está consagrado o direito fundamental à prova de forma explícita, assim como o princípio do contraditório. Sendo assim, existe o direito de produzir prova; o direito de participar da produção da prova (ou seja, não se pode ter contra o indivíduo uma prova de cuja produção a pessoa não tenha participado) e o direito de se manifestar sobre a prova produzida.	F	V		
89	A sentença se encontra subordinada ao princípio da congruência, também conhecido como princípio da correlação, da adstrição, da correspondência, da simetria. Segundo este princípio, o magistrado, ao proferir sentença, deve se ater aos limites em que foi proposta a lide, havendo correlação entre o pedido e a sentença. Neste contexto, há sentença <i>ultra petita</i> , quando julgar fora do que foi pedido, ou seja, o provimento jurisdicional sobre o pedido é diverso do postulado.	F	V		
90	Considere que uma empregada reclamou, junto à SRTE, a recusa da empresa FAZ DE TUDO LTDA., sua empregadora, em realizar anotação na CTPS. A SRTE, por sua vez, remeteu o processo à Justiça do Trabalho. Nesse procedimento, há exceção ao princípio dispositivo que rege o processo do trabalho.	V	F		

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
91	<p>Na acepção estrita de contribuições sociais não se encontra a figura jurídica das contribuições de terceiros, o que é possível se extrair da parte inicial do artigo 240 da CF/88 que, expressamente, disciplina que as contribuições de terceiros não se confundem com as contribuições sociais previstas no artigo 195 da CF/88. Nesta toada, relevante ter em linha de conta que as contribuições de terceiros assumem feição de contribuições compulsórias direcionadas às entidades de prestação de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e se destinam ao custeio das empresas privadas pertencentes ao sistema "S", ficando a cargo da União apenas arrecadá-las e empreender o repasse para as aludidas empresas, sendo que, como forma de contraprestação por esse serviço, as empresas privadas efetuam o pagamento de um pequeno percentual calculado sobre o produto da arrecadação, previsto no §1º do artigo 3º da Lei n. 11.457/2007 e artigo 274 do Decreto n. 3.048/99, destinado indiretamente ao financiamento da seguridade social, enquadrada pelo legislador infraconstitucional no título "outras receitas", na forma do inciso III, do artigo 11, e inciso II, do artigo 27, da Lei n. 8.212/91. Assim, não se inscreve na competência da Justiça do</p>	V	F		

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
92	No que diz respeito aos juros de mora e atualização monetária nos casos de indenização por dano moral, a atualização monetária é devida a partir da data da decisão de arbitramento ou de alteração do valor enquanto os juros incidem desde o ajuizamento da ação, nos termos do art. 883 da CLT. Essa diretriz encontra-se em sintonia com a súmula n. 38 do Colendo TRT8 e com a súmula 439 do Tribunal Superior do Trabalho.	V	F		
93	Considerando que a execução deve ser processada de forma menos gravosa ao executado, nos casos de execução provisória, não se admite a penhora dinheiro, posicionamento esse firmado na jurisprudência do Egrégio Tribunal Regional da 8ª Região em sua súmula n. 39.	F	V		
94	Consoante assevera o posicionamento firmado na súmula n. 5 do TRT8, haverá incidência de contribuição previdenciária sobre o aviso prévio.	F	V		
95	Na forma dos artigos 27 e 28 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, em sua estrutura, existem duas Seções Especializadas, sendo que as mesmas deliberarão com a presença mínima de 6 (seis) Desembargadores, incluindo o Presidente.	V	F		

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
96	Segundo dispõe o artigo 30, inciso I, alínea "c" do Regimento Interno do TRT8, é competência exclusiva da Seção Especializada I processar e julgar, originariamente, a extensão das decisões proferidas em dissídios coletivos.	V	F		
97	O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região divide-se em 05 (cinco) Turmas, sendo cada uma delas composta de 04 (quatro) Desembargadores, dos quais apenas 03 (três) participarão do julgamento (Artigo 31 do Regimento Interno do TRT8).	F	V		
98	Consoante disciplina o artigo 35 do Regimento Interno do TRT8, constitui competência das Turmas julgar apenas os recursos ordinários das decisões definitivas de primeiro grau, os agravos de petição e de instrumento, estes de decisões denegatórias de recursos de sua competência.	F	V		
99	Estabelece o artigo 36 do Regimento Interno do TRT8 que das decisões das Turmas não caberá recurso para o Tribunal Pleno ou para a Seção Especializada.	V	F		

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
100	Em se tratando de conflito de competência, esse pode ser denominado positivo quando ambas as autoridades se considerarem competentes e negativo quando se considerarem incompetentes. Importante ressaltar que os conflitos de competência poderão ser suscitados apenas pelos magistrados e pelo Tribunal, na forma do artigo 200 do Regimento Interno do TRT8.	F	V		
101	Em se tratando de Incidente de Desconsideração da personalidade Jurídica, o artigo 262-J do Regimento Interno do TRT8 acompanha o conteúdo do artigo 855-A da CLT. Na fase de cognição, da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente, não cabe recurso de imediato na forma do §1º do artigo 893 da CLT (Princípio da Irrecorribilidade das Decisões Interlocutórias no Processo do Trabalho).	V	F		
102	Na forma do artigo 270 do Regimento Interno do TRT8, o Recurso de Revista será apresentado ao Presidente do Tribunal, em petição fundamentada, no prazo legal da publicação da conclusão do acórdão no órgão oficial. O Presidente poderá receber ou denegar o recurso, fundamentando, em qualquer caso, seu despacho.	F	V		

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
103	Segundo o artigo 283 do Regimento Interno do TRT8, cabe Agravo de Petição das decisões do Juiz, ou Presidente do Tribunal, nas execuções, observado o prazo de 09 (nove) dias. Cumpre ressaltar que o referido recurso terá efeito suspensivo.	F	V		
104	Nas hipóteses em que a petição inicial for indeferida liminarmente em ação de competência originária do Tribunal, da decisão cabe agravo de instrumento para o Tribunal Pleno, respeitado, segundo o artigo 285 do Regimento Interno do TRT8, o prazo de 8 dias.	F	V		
105	Na forma da súmula n. 6 do TRT8, nos acordos celebrados sem o reconhecimento de vínculo empregatício ou com a cláusula "por liberalidade", a contribuição previdenciária aplicável é de 31% (20% - empresa e 11% - reclamante). Inteligência do estabelecido pelos artigos 12, V, "h", 21, 22, III e 30, § 4º, da Lei nº 8.212/91, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências.	V	F		
106	Consoante jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, a habitação, a energia elétrica e veículo fornecidos pelo empregador ao empregado, quando indispensáveis para a realização do trabalho, não têm natureza salarial, ainda que, no caso de veículo, seja ele utilizado pelo empregado também em atividades particulares.	V	F		

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
107	Será considerado como salário a utilidade concedidas pelo empregador a título de educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático;	F	V		
108	É considerada alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança;	F	V		
109	Ao empregador é vedado transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, não se considerando transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do seu domicílio.	F	V		
110	Os empregados que exerçam cargo de confiança e aqueles cujos contratos tenham como condição, implícita ou explícita, a transferência, quando esta decorra de real necessidade de serviço podem ser transferidos, mediante a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato..	F	V		
111	Ao empregado afastado do emprego, são asseguradas, por ocasião de sua volta, apenas as vantagens salariais previstas em lei, acordo ou convenção coletiva que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria decorrentes a que pertencia na empresa.	F	V		

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
112	O empregado afastado em virtude das exigências do serviço militar, ou de outro encargo público, receberá sua remuneração durante os primeiros 90 (noventa) dias de afastamento.	V	F		
113	Durante o período de suspensão contratual para participação em curso ou programa de qualificação profissional, o empregado fará jus aos benefícios voluntariamente concedidos pelo empregador.	V	F		
114	Nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, a remuneração a que teria direito até o termo do contrato.	F	V		
115	O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato.	V	F		
116	Não é cabível ao empregado, rescindir o contrato no caso de morte do empregador constituído em empresa individual, uma vez que seus herdeiros podem dar continuidade à atividade econômica;	F	V		

Questão	Descritivo da questão	Alternativa Correta	Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
117	Em relação a empresas integrantes de mesmo grupo econômico, não haverá solidariedade pelas obrigações decorrentes da relação de emprego, sempre que for identificada autonomia em relação a cada um delas, uma vez que é necessária para a solidariedade a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.	F	V		
118	O empregado que revele segredo da empresa em período em que se encontre com contrato de trabalho suspenso, não poderá ser dispensado por justa causa;	F	V		
119	Em relação ao empregado doméstico, a Lei Complementar 150/2015 permite que as despesas com moradia poderão ser descontadas se essa moradia se referir a local diverso da residência em que ocorrer a prestação de serviço, desde que essa possibilidade tenha sido expressamente acordada entre as partes.	V	F		
120	Segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, as instituições de beneficência, bem como as instituições sem fins lucrativos não poderão ser equiparadas ao empregador em qualquer hipótese.	F	V		